

## 1 SUSTENTABILIDADE

Um dos grandes desafios enfrentados pela humanidade nas últimas décadas é a questão socioambiental. No final da década de 1960, grupos de cientistas iniciaram as críticas a respeito dos efeitos prejudiciais do impacto das atividades econômicas sobre o meio ambiente, provocado pelo desenvolvimento industrial acelerado e o conseqüente crescimento econômico ocorrido após a segunda guerra mundial.

O engajamento da Organização das Nações Unidas (ONU) nos diversos fóruns mundiais contribuiu para a promoção de temas ligados à sustentabilidade. Entre esses eventos internacionais, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, em 1972, e na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, de cujos resultados um dos principais foi a publicação da Agenda 21, na qual o capítulo 36 trata da “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento” e é destinado a propostas que promovam um ensino reorientado para o desenvolvimento sustentável, o aumento da consciência pública e a promoção do treinamento.

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento finalizou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, o qual apontou a necessidade de conciliar crescimento econômico com os problemas sociais e ambientais causados pelos padrões de produção e consumo insustentáveis. Nesse relatório é apresentado o conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável, “(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

A conferência de Estocolmo, em 1972, em seu princípio dezenove, chamou a atenção para a importância da educação ambiental em todos os níveis e a Declaração de Tbilisi (1977) foi o primeiro grande evento internacional em favor da educação ambiental. Os princípios da declaração abordam as estratégias e as ações orientadoras que são adotadas até hoje. A declaração menciona a importância de a educação ambiental se dirigir a todos os grupos de idades e categorias profissionais, entre os quais técnicos e cientistas, cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais se sustentarão a educação, a formação e a gestão eficaz relativas ao ambiente. Foi a primeira declaração internacional para o meio ambiente, em um contexto do ensino superior (WRIGHT, 2002).

Em 1990, presidentes, reitores e pró-reitores de universidades de todas as regiões do mundo, interessados nas questões ambientais, assinaram uma declaração inédita, no Centro Europeu da Universidade de Tufts, em Talloires, na França. Nessa declaração, apontam-se as

universidades como desenvolvedoras de papel crucial na educação, na investigação, na formação de políticas e na troca de informações necessárias à concretização desses objetivos. Declara-se, ainda, a importância dos líderes universitários na garantia e no apoio à mobilização dos recursos internos e externos, de forma que suas instituições respondam a esse desafio urgente. Essa declaração estimulou outras declarações, como a de Halifax , em 1991, no Canadá, e a de Swansea, em 1993, que também trataram desse tema (WRIGHT, 2002).

A Declaração de Halifax foi assinada em dezembro de 1991, em Halifax, no Canadá, por representantes seniores da Associação Internacional das Universidades, da Universidade Unida das Nações e da Associação das Universidades e Faculdades do Canadá, com a presença de 20 presidentes de universidades de várias partes do mundo. Nesse encontro, foram discutidas ações a serem tomadas pelas universidades; entre as principais, destacam-se: utilizar os recursos intelectuais da universidade para incentivar uma compreensão melhor, por parte da sociedade, dos perigos físicos, biológicos e sociais que o planeta Terra enfrenta, realçando a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e a compreensão da ética ambiental por parte da faculdade, dos estudantes e do público em geral (KRAEMER, 2004).

Essas declarações fortalecem o entendimento de a universidade ser, entre as várias organizações, aquela a quem compete ensinar, pesquisar e viabilizar a ação transformadora na sociedade, por meio de seus saberes, razão pela qual desempenha um importante papel nessas transformações necessárias no âmbito do desenvolvimento sustentável.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável, o sociólogo inglês John Elkington criou o *Triple Botton Line*, conhecido no Brasil como o tripé da sustentabilidade, cuja concepção consiste em ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. O *Triple Botton Line* é mundialmente referenciado desde então.

Essa compreensão, no entanto, vem sendo fortemente criticada devido ao seu paradoxo, uma vez que o modelo capitalista vigente é estimulado pela alta competitividade, e suas ações nem sempre refletem atitudes socialmente justas ou ambientalmente corretas.

Desse modo, as universidades são chamadas à responsabilidade na formação de líderes e modelos econômicos diversos que invoquem ações socialmente justas e ambientalmente corretas.

## 1.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social se constitui em uma elaboração conceitual da sociologia e diz respeito a um conjunto de valores aceito pela sociedade e que determina o comportamento tanto de pessoas quanto de organizações. A responsabilidade social seria, portanto, a assimilação, pelas organizações, de valores orientadores do comportamento social.

Um conjunto mais amplo de valores e que norteia os caminhos de todos é a Ética. A responsabilidade social está vinculada a um comportamento ético aceito pelas organizações, servindo de ideário de comportamento para todos os grupos sociais. Dessa forma, aceitando todo o conjunto de comportamentos éticos indispensáveis à convivência humana, pode-se sustentar que a responsabilidade social é a forma de gestão definida pela ética e transparência da instituição nos relacionamentos e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais, fomentando ações culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

No Brasil, a forma de medição da responsabilidade social iniciou em 1997 com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). As organizações precisam comprometer-se com a sociedade com ações duradouras com vistas ao bem-estar da comunidade na qual estão inseridas. Portanto, a transparência das ações com a comunidade e por meio dela, é indispensável.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição quanto à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

Atualmente, as políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constitui-se em objetivos das políticas a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visam à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

A responsabilidade social da FURB manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, com uma educação eticamente comprometida com o seu entorno, a cidadania, o conhecimento, a visão crítica e estratégica, e o atendimento às necessidades e demandas contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora

e diferenciada, contribuindo para um desenvolvimento que propicie melhor qualidade de vida para o indivíduo e a sociedade.

Como universidade pública, a responsabilidade social da FURB está presente em todas as suas atividades. Se expressa na maneira como faz o relacionamento com seus estudantes, nas políticas de ingresso e permanência, nas formas de incentivo, na divulgação da cultura, na sugestão e criação de políticas públicas, e na gestão de seu patrimônio material e humano, ou seja, em programas e projetos tanto na área do ensino como na da pesquisa e da extensão, com vistas ao desenvolvimento da comunidade.

Como modo de ilustrar o desenvolvimento nessa área, os projetos abaixo permitem vislumbrar, especialmente no que diz respeito à inclusão social, algumas ações importantes que propiciam a melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas social e economicamente:

- a) surgimento de políticas públicas criadas em decorrência de projetos e participação da FURB;
- b) presença de representantes da FURB em conselhos diversos que participam das decisões, inclusive relacionados a políticas públicas, com destaque para o Fórum Mundial dos Direitos Humanos, onde a FURB está presente;
- c) preocupação crescente com a acessibilidade;
- d) implantação de programas de melhoria de qualidade de vida para os servidores;
- e) benefício-instrução aos servidores e seus dependentes;
- f) plano de carreira para servidores docentes e técnico-administrativos;
- g) acesso da comunidade externa à biblioteca;
- h) manutenção do número de estudantes beneficiados nos programas de apoio aos estudantes;
- i) incentivo aos programas sociais para manutenção e permanência do estudante na FURB;
- j) criação e manutenção de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando à qualificação acadêmica e profissional nas áreas relacionadas à socioeconomia e à sociopolítica, capacitando profissionais, técnicos e cientistas vinculados à administração pública – municipal, estadual ou federal – e ao setor privado, bem como profissionais liberais;
- k) estímulo aos estudantes da educação básica no acesso à Universidade, como nos programas Interação FURB, Interação Júnior e Interação Kids;

- l) programa Interação, com visitas da FURB às escolas e promoção do evento presencial na Universidade; caracteriza-se como um trabalho de orientação profissional, educacional e de formação, motivando os jovens a ingressarem no ensino superior;
- m) oferta de cursos para atender às necessidades sociais, como, por exemplo, pelo PROEP, que congrega um conjunto de atividades, sobretudo cursos ofertados para a terceira idade;
- n) oferta de programas continuados de extensão, envolvendo projetos executados em diversas áreas temáticas (comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho), envolvendo um número aproximado de 500 mil pessoas; mantém, também, vários projetos culturais, como por exemplo: Camerata de Violões, Coro FURB, Orquestra, Dança Alemã, Grupo de Teatro, FITUB, etc.
- o) prática desportiva (diversas modalidades e horários) para os discentes e os servidores da FURB; alguns estudantes podem acessar as bolsas-esportes;
- p) FURB TV e FURB FM: rádio e televisão educativas, inserções de informações de utilidade pública, promoção da cultura e da arte, da pesquisa, da extensão, etc.;
- q) espaços para exposições gratuitas dos artistas locais;
- r) nivelamento em Matemática (atualmente nas engenharias);
- s) cursos para a comunidade carente (ex.: informática);
- t) publicações da Editora FURB;
- u) gestão ambiental, reestruturação da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), tratamento dos resíduos sólidos (encaminhamentos) e perigosos;
- v) adesão da FURB aos programas estaduais, municipais e federais de formação de profissionais, tais como o PARFOR, FUMDES, PIBID, bolsas de Iniciação Científica, entre outros;
- w) programa de formação continuada (professores da educação básica);
- x) DCE: DCE solidário, FUCCA;
- y) biblioteca: amplo acesso à comunidade, inclusive aos portais de outras universidades, arquivos digitais, acervo físico, espaço infantil no local; digitalização de documentos institucionais (como os relatórios de atividades); apoio a cinco bibliotecas escolares, das quais uma municipal;
- z) manutenção dos grupos culturais: levar a arte à comunidade;

- aa) preservação do patrimônio material e cultural, da memória, de materiais que entram em desuso no passar dos anos (tecnologias, por exemplo), dos bens imóveis;
- bb) Feira de Economia Solidária, na qual se oportuniza aos empreendimentos coletivos e solidários e aos artesãos locais, apresentarem seus trabalhos e sua arte, suas criações e seus produtos;
- cc) FITUB: hoje com visibilidade nacional e reconhecimento internacional;
- dd) internacionalização da FURB e Universidade Sem Fronteiras, as quais possibilitam aos discentes a troca de experiências no ensino e na cultura;
- ee) convênio com prefeituras para controle populacional de animais (ex. Pomerode); controle de zoonoses;
- ff) campanhas dos cursos (Ex. Medicina Veterinária: doação de alimento para animais abandonados; Medicina: campanha de doação de sangue, etc.);
- gg) Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (CEOPS), responsável pelo monitoramento e previsão do tempo, monitoramento dos níveis do rio e previsão hidrológica, laudos técnicos, pesquisa em meteorologia e hidrologia e simulados de enchente.

Resoluções institucionais orientadoras do comportamento social:

- Resolução nº 34/2015: proíbe o consumo, a venda e a propaganda de produtos fumígenos no âmbito da FURB (publicada em 15/10/2015);

A responsabilidade social da FURB, assim como as ações e os projetos desenvolvidos, não se restringem aos que foram descritas neste PDI. Ressalta-se a necessidade de ampliar a divulgação dessas realizações para a comunidade, de modo a demonstrar quanto a Universidade faz pelo seu entorno regional.

## 1.2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, define educação ambiental como os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, (...) essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa lei institui a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, entre eles a educação superior, sendo desenvolvida como prática educativa integrada, de modo transversal, contínuo e permanente, preferencialmente não implantada como disciplina específica, exceção concedida aos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando então, é facultada a criação de disciplina específica. Prevê, nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, a incorporação de conteúdo o qual trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas, além de mencionar que deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas e obriga ao cumprimento da Agenda 21.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual institui o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social e a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

As políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constituem-se em objetivos das políticas: a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visem à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a qualidade de vida é parte do compromisso assumido pela FURB desde 1998, com a criação de um Comitê de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental (CISGA), pela Portaria n.º 261 de 1998. Para atender às exigências de um SGA bem consolidado, o Comitê de implantação foi desdobrado em uma câmara técnica, voltada a aspectos técnicos de controle ambiental e economia de recursos, e uma câmara interdisciplinar, relacionada com questões amplas de comunicação e envolvimento da comunidade universitária. A primeira tarefa das câmaras foi conduzir a avaliação ambiental e o processo de definição da política ambiental.

Em dezembro de 1999, o SGA da FURB foi regulamentado pela Resolução n.º 195/1999. A partir dessa resolução, surgiu a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), os Responsáveis Ambientais (RA) e os Agentes Ambientais (AA). A CMA é um órgão de assessoramento à administração superior da FURB, na condução da política ambiental. Sua atuação é transversal e integrativa de funções de diferentes órgãos da administração superior.

Os RAs foram atuantes em nível de Pró-Reitorias, Unidades Universitárias e órgãos suplementares, com função executiva no cumprimento da política ambiental. Os AAs foram atuantes em departamentos, divisões, seções e laboratórios, cumprindo tarefas específicas de proteção e controle ambiental, de acordo com os programas de gestão ambiental e com a supervisão do RA correspondente. Quando estudantes se dispunham a assumir atividades no âmbito do seu subsetor, eram chamados de Agentes Ambientais Voluntários.

A aprovação da Política Ambiental da FURB, pela da Resolução n.º 14/2000, de 07 de fevereiro de 2000, demonstra o reconhecimento da importância da proteção ambiental e da economia dos recursos naturais globais e, visando à melhoria contínua da qualidade de vida atual e futura, é assumida uma postura ambientalmente consciente e responsável, expressa pelos seguintes princípios:

- a) **envolvimento:** ser uma Instituição que considera a cultura ambiental no desenvolvimento e nos resultados de suas atividades, transmitindo e estimulando a conscientização ambiental a todos os integrantes da comunidade interna e externa;
- b) **cumprimento da lei:** cumprir a legislação ambiental em todos os seus campi e, sempre que possível, adotar critérios mais rigorosos aos fixados em lei;
- c) **formação:** oportunizar educação e treinamento às comunidades interna e externa no que se refere à melhoria contínua da qualidade ambiental;
- d) **administração de materiais:** adquirir-los com critérios ambientais, promover a reciclagem e descartar adequadamente os materiais permanentes e de consumo, usar racionalmente, inclusive a água e energia envolvidas nas atividades diárias da Instituição, desde que não implique a perda da qualidade do serviço;
- e) **publicidade:** tornar pública essa política ambiental, as ações corretivas e os resultados decorrentes da sua implementação;
- f) **gestão ambiental:** manter permanentemente o Sistema de Gestão Ambiental com o objetivo de monitorar as atividades administrativas, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em março de 2000, foram elaborados objetivos e metas ambientais para serem alcançados em um período de três anos. Em 2003, os objetivos e metas foram atualizados para o ano de 2006, permanecendo os mesmos até hoje.

A partir dos princípios ambientais da Universidade, foram elaborados quatro programas descritos a seguir:



## Quadro: Programas Institucionais de Gestão Ambiental

<b>Programa de Gestão de Resíduos Sólidos</b>	Instituído no ano 2000, o programa compreende a separação, coleta e encaminhamento para reciclagem de resíduos como papel, plástico, metais e vidro gerados na Universidade. A partir da sua instituição, a coleta seletiva e a destinação dos resíduos passaram a acontecer de forma sistemática: os resíduos são coletados nas lixeiras coloridas específicas e encaminhados para a Central de Resíduos Recicláveis da FURB. Foi elaborada uma cartilha educativa para esse programa, a qual tem como objetivo tornar pública a Política Ambiental e o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da FURB e orientar a comunidade no que diz respeito à geração, separação e destinação de resíduos sólidos recicláveis, rejeitos e resíduos orgânicos;
<b>Programa Gestão de Resíduos Perigosos</b>	Implantado em 2001, nos laboratórios, clínicas e biotérios da FURB que geram ou manipulam resíduos perigosos, incluindo os resíduos de serviços de saúde, o programa visa a minimizar o impacto ambiental causado pelo descarte de resíduos perigosos, reduzir os riscos na manipulação e no armazenamento, evitando o seu acúmulo, e reduzir o uso de produtos perigosos. Prevê, também, a classificação segundo a NBR 10.004/04, segregação, pré-tratamento, rotulagem, transporte e destinação ao aterro industrial dos resíduos perigosos. Foram criadas duas cartilhas educativas para atender esse programa. As duas têm o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pelo descarte dos resíduos classificados como perigosos e melhorar a qualidade de vida dos estudantes e servidores da Universidade, em todos os setores que manipulam ou geram resíduos perigosos e no setor de serviços de saúde;
<b>Licenciamento Ambiental</b>	Com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental, a FURB detectou a necessidade de promover o Licenciamento Ambiental de suas atividades junto ao órgão ambiental de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Com base nesses projetos, a Universidade obteve, em 2002, suas primeiras Licenças Ambientais Prévias (LAP) e, em 2004, obteve as Licenças Ambientais de Instalação (LAIs). Uma vez implantados todos os controles previstos nas licenças de instalação, a FURB obteve as Licenças Ambientais de Operação (LAOs) em 2007. Assim, a Instituição tem o total controle sobre os impactos por ela causados, estando em conformidade com a legislação ambiental pertinente;
<b>Programa de Água e Energia</b>	Implantado em 2005, visa o dimensionamento correto da carga térmica para cada ambiente; a adequação de projetos elétricos antigos à nova realidade; a troca de torneiras antigas por modelos automáticos em diversos ambientes; o controle das entradas de água e energia da Universidade e a coleta semestral de 500 m <sup>3</sup> de esgotos das fossas, filtros e resíduos das caixas de gordura nos campi da FURB. Para orientar e esclarecer os servidores e estudantes da FURB sobre a água, seus usos, sua importância, seu ciclo e dados estatísticos, foi elaborada uma cartilha educativa, a qual serve para orientar sobre medidas simples que

	<p>cada servidor deve tomar para contribuir com o uso racional de água na Universidade. Outra cartilha foi criada para subsidiar as atividades educativas do programa “Gestão de Água e Energia”, a qual pretende orientar e esclarecer os servidores da FURB sobre o uso racional de energia na Instituição, além de apresentar tópicos relacionados à história da energia, curiosidades, dados estatísticos, cálculos de consumo de energia, dicas práticas, entre outros. Ambas as cartilhas foram resultados do projeto “Uso Racional de Água e Energia” desenvolvido no âmbito do Programa “Construindo Atividades Participativas em Educação Ambiental” e foram aprovadas pelos editais n.º 01/04 e 01/05, respectivamente, da PROERC e Programa de Apoio à Extensão (PAEX).</p>
--	--

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

Apesar de todas as cartilhas educativas serem voltadas para a Instituição, visam ajudar a alcançar um desenvolvimento mais sustentável fora da Universidade também, conscientizando e qualificando os cidadãos formadores de opinião de amanhã. As cartilhas de todos os programas podem ser encontradas com facilidade na página eletrônica da FURB.

No ano 2000, ocorreu a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB, o qual tem o papel integrador das ações ambientais na Universidade. O SGA está estruturado com a CMA, órgão permanente de assessoramento à administração superior da FURB. Com o encerramento da primeira fase de implantação do SGA em 2002, foi elaborado um manual desse sistema, o qual teve sua primeira atualização em 2005.

Atualmente a FURB possui inúmeros projetos de pesquisa que tratam da temática socioambiental, distribuídos nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação (PPG), bem como projetos de extensão com a mesma abordagem. Além disso, mais recentemente, no âmbito institucional, a FURB aprovou junto à CELESC o projeto eficiência energética, que tem como objetivo é reduzir a demanda e o consumo de energia elétrica, por meio da substituição de 9.202 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32W, 36W e 40W, nos ambientes de ensino do Complexo esportivo, campus 1, 2 e 3, por lâmpadas LED tubulares de 18W.

Para o período de vigência deste PDI, ressalta-se a necessidade de reestruturação da CMA, reorganização do SGA e ampliação da divulgação das ações socioambientais realizadas pela FURB. Ainda, pretende-se submeter o projeto de eficiência energética para contemplar os ambientes administrativos da Universidade.

Quadro 1 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade social e ambiental

Objetivo – Consolidar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
01) Institucionalizar o Programa de Nivelamento e Capacitação Discente.	1) Realizar um diagnóstico das necessidades de todos os cursos em relação às necessidades de nivelamento.	Diagnóstico realizado	PROEN/ Unidades Universitárias	2017	2020	
	2) Aprovar, no CONSUNI, a Política de Nivelamento em disciplinas básicas para os discentes;	Política aprovada no CONSUNI	PROEN	2017	2020	
	3) criar nivelamento em Português;	Programa consolidado	PROEN	2017	2020	
	4) criar nivelamento em Física;					
	5) criar nivelamento em língua estrangeira;					
6) ampliar nivelamento em Matemática.						
02) Ampliar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social.	1) Desenvolver atividades de conscientização visando eliminação de barreiras desde arquitetônicas, instrumentais e de comunicação até as atitudinais, envolvendo e respeito a diferenças sociais, étnicas, de gênero, culturais e de sexualidade.	Ações desenvolvidas	PROEN/CAE/DAC	2017	2020	
03) Desenvolver ações de caráter social, preventivo e de apoio ao tratamento de dependentes de substâncias químicas.	1) Criar um Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas (tabaco/cigarro, álcool, drogas ilícitas);	Programa institucionalizado	CAE/ PROAD	2017	2020	
	2) implementar o Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas;		CAE/ PROAD	2017	2020	
	3) promover a reintegração do assistido às suas atividades acadêmicas, ao trabalho, à família e à sociedade.		CAE/ PROAD	2017	2020	

04) Ampliar a prestação de serviços à comunidade a partir da atividade de pesquisa e extensão	1) Incentivar os pesquisadores a oferecer os resultados de pesquisa e extensão como prestação de serviços.	Serviços prestados	PROPEX/ Instituto FURB			
05) Estimular o desenvolvimento de atividades dos centros/DAs com a comunidade	1) Incentivar os estudantes a desenvolverem atividades (serviços, palestras, debates, etc.) a partir da organização estudantil	Atividades realizadas	DCE			
<b>Objetivo – Consolidar as ações institucionais de Responsabilidade Social</b>						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
06) Ampliar a publicidade de ações de responsabilidade social e ambiental desenvolvidas pela FURB	1) Sistematizar as ações realizadas pela FURB em responsabilidade social;	Ações descritas no Relatório de Atividades (anual)	COPLAN			
	2) elaborar o Balanço Social anualmente;	Balanço Social elaborado	Gabinete da Reitoria			
	3) publicar o Balanço Social e Ambiental de acordo com os princípios da ISO 26.000;	Balanço Social publicado	Gabinete da Reitoria			
	4) trabalhar com a área de comunicação social para melhorar a visibilidade e conhecimento da responsabilidade social da FURB por parte da comunidade interna e externa.	Ações divulgadas	Reitoria/ CCM			
07) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade social pela comunidade interna	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade social;	Temática prevista na formação	PROEN/ PROAD/ DGDP			
	2) prever nos Planos Departamentais (PDs) estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade social, sobretudo com relação à Governança Institucional, direitos do consumidor e envolvimento e desenvolvimento da comunidade;	Desenvolvimento humano e profissional previsto nos PDs	Departamentos/ COPLAN			

	3) instituir práticas trabalhistas e condições de trabalho das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (especialmente no que tange segurança e acompanhamento da saúde do trabalhador);	Práticas institucionalizadas	PROAD/ DGDP			
	4) combater a corrupção e melhorar controles internos.	Ações realizadas	Reitoria/ PROAD			
08) Introduzir componentes curriculares específicos para desenvolver a responsabilidade social no ensino.	1) Envolver estudantes de graduação e pós-graduação em pesquisas sobre responsabilidade social e ambiental.		PROEN/ PROPEX/ Programas de pós-graduação			
	2) Implementar a Política dos Temas transversais no Ensino.	PATT implementada	PROEN/Unidades Universitárias			
09) Consolidar ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região	1) Estimular o desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região;	Projetos desenvolvidos	Reitoria/ DIC			
	2) executar ação emergencial na Casa Salinger para assegurar as condições de restauro;	Ação emergencial realizada	Reitoria			
	3) restaurar a casa Salinger e o galpão anexo, conforme projeto aprovado no Conselho do Patrimônio Histórico;	Casa restaurada	Reitoria			
	4) institucionalizar a gestão do Museu Fritz Muller e criar o Museu de História Natural;	Espaços culturais criados	PROEN/ CCEN/ DCN			
	5) organizar o Museu dos Brinquedos.		PROEN/ CCEAL			
	6) Museu de Imagens e Som.		RTE/ BU/CMU			
	7) Pinacoteca da FURB;		BU			
10) Ampliar a participação da Universidade no desenvolvimento de políticas públicas	1) Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB;	Inventário realizado	PROPEX			
	2) incentivar a elaboração de projetos que visem a criação de políticas públicas.	Número de projetos	PROPEX			

<b>Objetivo – Consolidar ações de Responsabilidade Ambiental na FURB</b>						
<b>Metas</b>	<b>Estratégias de ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Responsável pela ação</b>	<b>Prazo</b>		<b>Recursos</b>
				<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
11) Reestruturar a CMA	1) Indicar membros dos setores da FURB para serem representantes na Coordenadoria de Meio Ambiente;	Portaria publicada	Reitoria			
	2) estimular o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental;	Número de projetos	CMA			
	3) coordenar as ações, programas e projetos socioambientais no ensino, na pesquisa e na extensão;		PROPEX			
	4) propiciar programas e projetos de extensão voltados a comunidade acadêmica e regional, que viabilizem a promoção e a educação ambiental;		PROPEX/ DAEX			
	5) incentivar a produção do conhecimento sobre as questões ambientais, dentro da Universidade e na região em que atua;		PROPEX/ DAEX			
	6) atualizar as políticas ambientais da FURB, tendo como referência a Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 (Plano Nacional de Mudança Climática), Normas Brasileiras (ABNT) e internacionais (ISO 26.000).	Políticas atualizadas	CMA / Reitoria			
12) Reorganizar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	1) Rever os procedimentos institucionalizados do atual SGA/FURB.	SGA reorganizado	CMA / Reitoria			
	2) propor novos encaminhamentos com relação à educação ambiental;					
	3) indicar AAs;					
	4) promover ações continuadas de incentivo, conscientização e esclarecimento sobre a prática responsável e a utilização adequada dos					

	resíduos gerados na Universidade;					
	5) integrar o SGA aos outros sistemas de gestão, como o de Responsabilidade Socioambiental (RSA).					
13) Ampliar a divulgação das ações socioambientais realizadas pela FURB	1) Criar um sistema para comunicar e divulgar as ações socioambientais realizadas pela FURB;	Ações socioambientais publicadas	CMA / Reitoria			
	2) mensurar e acompanhar de forma padronizada as ações da FURB na gestão ambiental, sistematizando a evolução dos indicadores ano a ano;					
	3) publicar em modelo padronizado as ações de responsabilidade socioambiental utilizando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) - T15 – informações de natureza social e ambiental – ou adotar o modelo do relatório de sustentabilidade do <i>Global Report Initiative (GRI)</i> , adotado pelas principais universidades no mundo.					
14) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental pela comunidade interna	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade ambiental;	Temática inserida na formação institucional	PROAD/ DGDP/ CMA			
	2) estabelecer cursos de atualizações na reciclagem de materiais, tratamento de resíduos laboratoriais, descarte adequado, entre outros temas que a CMA considerar importante;	Número de cursos realizados	CMA/ PROEN/ DGDP			
	3) prever nos PD estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho, para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental, sobretudo com relação a práticas ambientais equilibradas e sustentáveis, e	Estratégias previstas nos PD	Departamentos/ COPLAN			

	envolvimento e desenvolvimento da comunidade;					
	4) realizar campanhas para redução e separação de lixo, e de economia de água, energia, papel e demais materiais de expediente;	Campanhas realizadas	CMA/ CCM			
	5) fornecer, subsidiar ou incentivar o uso de copos de vidro, ou equivalente, para água e café;		CMA/ CCM/ Reitoria			
	6) substituir, gradativamente, condicionadores de ar, lâmpadas e outros eletrônicos que desperdicem energia;	Ações realizadas	PROAD/ DAC			
	7) utilizar tecnologia, no setor de arquitetura, para construções que possam utilizar energia solar;	Ações realizadas	PROAD/ DAC			
	8) construir composteiras para transformar a maravalha dos biotérios em composto, para uso na jardinagem, reduzindo custos e lixo produzido;	Ações realizadas	PROAD/ DAC			
	9) instalar cisternas para captação da água da chuva para limpeza de calçadas, fachadas, jardinagem e uso no biotério central localizado nos campi da FURB;	Ações realizadas	PROAD/ DAC			
	10) planejar edificações com maior aproveitamento da luz natural, diminuindo o consumo de energia elétrica;	Projetos de edificações	PROAD/ DAC COPLAN			
	11) incentivar o desenvolvimento, junto aos cursos, de pequenos veículos elétricos que possam circular nos campi levando e trazendo materiais de escritório, limpeza e demais demanda;	Ações realizadas	CMA/ Reitoria			
	12) inserir a permacultura, bioconstrução, adaptação de edificações para captação/armazenamento de água	Ações realizadas	CMA/ Reitoria/ PROEN/ PROAD/ COPLAN			



	da chuva, e geração/coleta/ tratamento de esgoto nas discussões institucionais na área ambiental;					
	13) implantar/aplicar o conhecimento obtido com a “Casa-Modelo” nos campi da FURB (itens que seriam de utilidade institucional e teriam seu fator multiplicador, envolvendo aspectos além da sustentabilidade).					

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

### 1.3 RESPONSABILIDADE FISCAL

Está em vigor, desde 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual se constitui no principal instrumento regulador das contas públicas do país. Essa lei provoca uma mudança na cultura institucional no que concerne ao trato com o dinheiro público, dinheiro da sociedade. Trata-se de uma lei complementar que, regulamentando o artigo 163 da Constituição Federal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no país. “Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, segundo Khair (2000).

Na prática, estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal os Poderes Executivo, Legislativo, inclusive Tribunais de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público e os órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas. Nesse sentido, a FURB, instituição pública auditada pelo Tribunal de Contas a partir de 2017, tem se esforçado para adequar suas políticas orçamentárias àquelas praticadas pelo poder público municipal, bem como atender às regras da LRF.

Cabe registrar que, na administração pública, o instrumento de planejamento e controle da área financeira é o orçamento público, onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas. Esse processo é definido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, o qual institui, como instrumento de planejamento governamental, o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além da Constituição Federal de 1988, a administração pública está ligada à Lei nº 4.320/64, que determina as normas gerais para o balanço e orçamentos públicos, devendo ser seguida pelos órgãos públicos da União, Estados e Municípios. O equilíbrio entre as receitas e despesas públicas é fundamental, e, por isso, os gestores públicos devem ter suas prioridades traçadas claramente, ou seja, não deve haver gastos desnecessários que extrapolem o orçamento.

#### 1.3.1 PPA, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual na FURB<sup>1</sup>

O planejamento geral do orçamento da FURB é consolidado pela COPLAN, por meio da previsão das receitas e a fixação das despesas. O processo inicia-se com o PPA, posteriormente é encaminhado para a LDO, e pela LOA para a PMB. A COPLAN é o órgão

---

<sup>1</sup> Baseado no TCC de Vieira e Ressel (2012)

responsável pelo PPA e pela LDO, enquanto que à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) compete o detalhamento orçamentário (LOA).

O PPA da Universidade é elaborado na mesma linha da PMB: são definidas grandes linhas, de acordo com uma análise dos ambientes interno e externo, para traduzir essas informações em um número macro, com técnicas estatísticas, aplicação da inflação e novos desafios. A vigência desse PPA segue o mesmo cronograma da PMB, com revisão a cada dois anos.

A elaboração da LDO da FURB acontece a partir do PPA, bem como de outras reflexões sobre a realidade atual, adequando os números antes informados no PPA, com base no ambiente interno e externo da Instituição. Ressalta-se que o PPA define os grandes números e objetivos e é mais quantitativo que qualitativo, enquanto na LDO é feita a comparação à situação atual e são definidos os números do orçamento e os investimentos necessários para atingir os objetivos, o que no PPA não é clarificado.

A elaboração da previsão das receitas é fortemente influenciada pelo histórico de exercícios anteriores. Também são previstos os projetos de pesquisa, os quais recebem repasses vinculados para as despesas. As receitas correntes abarcam as receitas de serviços (como pagamento de mensalidade pelos estudantes, receitas de serviços executados), transferências governamentais, recuperação da dívida, entre outras. As receitas de serviços são previstas baseadas em variáveis como quantidade de estudantes, relação com o mercado, valor do crédito financeiro (base para o cálculo das mensalidades) e abertura de novos cursos. Posteriormente são orçadas as demais receitas com base no histórico e receitas previstas de projetos especiais e repasses governamentais.

O PPA da Universidade é aprovado pelo CONSUNI e deve ser encaminhado durante o período de vigência do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito. Sendo assim, a Universidade encaminhou seu PPA 2014-2017 vigente em Julho de 2013. O PPA 2018-2021 será elaborado e entregue em julho de 2017.

A LDO, que compreende as metas e prioridades da Universidade para o exercício financeiro subsequente, é elaborada pela Coordenadoria de Planejamento, encaminhada à Reitoria e levada para o CONSUNI para aprovação. O prazo de encaminhamento da LDO para a prefeitura cumpre-se em março de cada ano.

A LOA é construída por cada unidade orçamentária, sendo depois consolidada pela PROAD, com assessoria da COPLAN. O processo de detalhamento do orçamento é realizado por meio do cadastramento no módulo Orçamento do sistema ERP. É encaminhada para a Reitoria que, por sua vez, leva à aprovação pelo CONSUNI. Por fim, é enviada para a Câmara

Municipal de Vereadores para aprovação e inclusão no orçamento da Prefeitura, cujo prazo de encaminhamento cumpre-se em agosto e é orientado pela LDO.

### 1.3.2 Sustentabilidade Financeira

A FURB, como universidade pública, deve oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade a todos que a procuram. Como as demais organizações, a Universidade disponibiliza recursos financeiros para garantir a operacionalização de suas atividades. Ainda que seja uma universidade pública, a FURB tem uma significativa dependência dos recursos provenientes da cobrança de mensalidades acadêmicas e receitas de serviços, conforme se pode observar na Tabela 1:

Tabela 1 – Resumo das Receitas (2012-2015)

Receitas	2012		2013		2014		2015	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita Tributária *	7.572.851	5,28%	7.681.047	5,16%	8.611.885	5,48%	9.409.197	5,47%
Receita Patrimonial	1.484.174	1,03%	1.444.536	0,97%	2.102.205	1,34%	2.227.524	1,30%
Receita de Serviços	109.380.685	76,20%	121.652.075	81,74%	127.509.620	81,13%	128.516.086	74,75%
Transferências Correntes	13.839.476	9,64%	10.320.219	6,93%	11.174.576	7,11%	9.888.826	5,75%
Outras Receitas Correntes	11.275.885	7,85%	7.731.888	5,20%	7.769.194	4,94%	20.147.624	11,72%
Receitas de Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.728.795	1,01%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>143.553.072</b>	<b>100%</b>	<b>148.829.766</b>	<b>100%</b>	<b>157.167.479</b>	<b>100%</b>	<b>171.918.051</b>	<b>100%</b>

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

As mensalidades de graduação representam a maior fonte de recursos para a Instituição, cujo cálculo é formado pelo conjunto de créditos financeiros (CF). Assim o reajuste do CF tem impacto direto no reajuste de mensalidade.

A metodologia para determinar o percentual de reajuste do CF foi documentado oficialmente em 2011, pelo Processo Nº 019/2011, do Consuni. No capítulo III – Parecer, item d, está descrito:

O cálculo do índice de reajuste das mensalidades passará a ser feito considerando os seguintes indicadores: IVGP-FURB, IPCA-IBGE, INPC-IBGE, IGPM-FGV, IPC-FGV e IPC-FIPE. A partir deles será feito a composição do índice, da seguinte forma:

Média da soma dos indicadores, excluindo-se os extremos, multiplicado pelo fator de ponderação 0,8 (zero vírgula oito). A este resultado deverá ser adicionado o IGPM-FGV, ponderado pelo fator 0,2. Ao montante resultante, deverá ser adicionado o percentual referente ao crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Na tabela a seguir se demonstra a evolução nominal e em percentual do valor do crédito financeiro a partir de 2000.

Tabela : Evolução do Crédito Financeiro (2000-2016)

Período	Valor (R\$)	Variação
2000	12,60	6,10%
2001	13,62	8,10%
2002	15,05	10,50%
2003	16,52	9,77%
2004	18,13	9,75%
2005	19,34	6,67%
2006	20,66	6,83%
2007	21,64	4,74%
2008	22,68	4,81%
2009	24,31	7,19%
2010	25,74	5,88%
2011	27,56	7,07%
2012	29,63	7,51%
2013	32,05	8,17%
2014	34,50	7,64%
2015	37,46	8,58%
2016	42,14	12,49%

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

A responsabilidade de seus dirigentes em relação à gestão de seus recursos financeiros é aumentada, uma vez que está sujeita à concorrência das instituições privadas. Com isso, a garantia de sua sustentabilidade financeira deve estar fundamentada no equilíbrio necessário entre a receita e a despesa. A

Tabela 2 apresenta o resumo das despesas:

Tabela 2 – Resumo das Despesas (2010-2015)

Despesas *	2012		2013		2014		2015	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ensino Superior	140.205.399	98,45%	146.109.144	98,23%	161.416.164	97,59%	161.929.204	97,53%
Ensino Médio	2.209.666	1,55%	2.635.629	1,77%	2.688.990	1,63%	2.692.421	1,62%
Hospital Universitário **	0	0,00%	0	0,00%	1.304.828	0,79%	1.404.704	0,85%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>142.415.065</b>	<b>100,00%</b>	<b>148.744.774</b>	<b>100,00%</b>	<b>165.409.981</b>	<b>100,00%</b>	<b>166.026.329</b>	<b>100,00%</b>

\* Despesa Empenhada

\*\* A partir de 2014 foi criado o programa-ação Hospital Universitário e Ambulatório, para evidenciar a destinação de 15% do IRRF arrecadado para a área da saúde, atendendo ao art. 177 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional 29/2000.

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

Em 2015, por meio das Resoluções n.º 016/2015 e 024/2015, a FURB estabeleceu medidas administrativas visando o equilíbrio financeiro da FURB para o exercício de 2015.

Destas medidas, resultaram outras normativas internas:

- Resolução nº 035/2015: prorroga a vigência dos Art. 1º e 7º, alínea ‘a’, da Resolução nº. 016/2015;

- Resolução nº 30/2015: altera dispositivo da Resolução nº. 129/2001, Art. 106, referente a composição da comissão que realiza os processos disciplinares na FURB;

- Resolução nº 25/2015: altera a redação dos Art. 8º e 9º da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB;

- Resolução nº 23/2015: altera dispositivos da Resolução nº 030/2012, de 3 de agosto de 2012, que cria a Comissão de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional e dá outras providências.

Tal equilíbrio exige da Universidade o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade institucional que contemple a aplicação de um sistema de custos totais eficiente, capaz de explicitar os custos diretos e indiretos por atividade, bem como de permitir um controle rigoroso sobre os gastos necessários.

Além dos aspectos relacionados a controle de gastos, o plano deverá, também, contemplar a diversificação das fontes de financiamento e de captação de receitas capaz de:

- a) garantir o financiamento adequado, tanto para manter os atuais cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, como também para criar políticas de expansão;
- b) garantir a disponibilização de todos os recursos tangíveis e intangíveis necessários à excelência do desenvolvimento de suas atividades;
- c) ser uma universidade capaz de manter e atrair profissionais altamente qualificados.

A eficiência na gestão dos recursos da FURB é representada pela execução do orçamento, conforme pode ser observado na Tabela 3:

Tabela 3 – Evolução da despesa orçamentária (2012-2015)

<b>Ano</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Executado *</b>	<b>Evolução Exec/Orç</b>
<b>2012</b>	129.126.300,00	142.415.065,46	10,29%
<b>2013 **</b>	133.425.000,00	148.744.773,58	11,48%
<b>2014</b>	159.000.000,00	164.089.450,28	3,20%
<b>2015</b>	171.000.000,00	166.026.328,69	-2,91%

---

\* Despesa empenhada

\*\* Em 2013 não foram orçadas receita/despesa referente ao repasse do Art. 170, por se entender na época que seriam extraorçamentárias. No entanto, para a execução a orientação de consultores foi que fossem lançadas orçamentariamente, pois o repasse do Estado para a FURB é orçamentária. Assim se justifica a execução 11,55% superior ocorrida naquele exercício.

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

Além da eficiência na gestão dos recursos próprios, a FURB deverá também, ampliar sua capacidade de captar recursos por meio de convênios e agências de fomento, de modo a permitir o financiamento das atividades de pesquisa, extensão e cultura.

#### 1.3.2.1 Prestação de Serviços

A estruturação de um instituto especializado na prestação de serviços é uma maneira de viabilizar a captação de recursos utilizando as *expertises* existentes na Universidade. Entende-se por prestação de serviços a realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros) que ofereçam à sociedade soluções técnico-científicas, visando o seu desenvolvimento socioeconômico.

O Instituto FURB viabiliza parcerias com a iniciativa privada, o terceiro setor e o poder público com o objetivo de aproximar a Universidade dos diversos setores da sociedade, por meio da atuação cooperada e do acesso à estrutura interna da Instituição, representada pelos seus professores, pesquisadores, técnicos e infraestrutura laboratorial. Funciona como um canal de acesso do mercado e da sociedade aos conhecimentos gerados na Universidade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a promoção da qualidade de vida.

O Instituto FURB oferece os seguintes serviços:

- a) serviços laboratoriais: estrutura própria para realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros);
- b) pós-graduação lato sensu: gestão comercial e coordenação operacional – oferta dos cursos de Especialização da FURB;
- c) cursos sequenciais: gestão comercial e coordenação operacional na oferta dos cursos sequenciais;

- d) concursos: gestão comercial e coordenação operacional de concursos públicos da iniciativa privada e pública;
- e) consultoria, assessoria e pesquisas: pelos professores e pesquisadores da Instituição nos mais variados campos do conhecimento.

A política da qualidade do Instituto FURB quanto à prestação dos serviços laboratoriais está em “Assumir o compromisso de identificar as necessidades dos clientes para atender e superar suas expectativas. Para tanto, contamos com uma equipe capacitada e comprometida com o sistema da qualidade laboratorial, garantindo a confiabilidade dos serviços prestados”.

Em 2015, regulamentou-se a prestação de serviços ocasionais, no âmbito da FURB, por meio da Resolução nº 31/2015, de 25 de setembro de 2015. Para efeito da referida Resolução, conceituam-se como serviços ocasionais aqueles realizados em caráter temporário ou transitório, com duração definida, e que tenham contraprestação do serviço por parte da Instituição ou para atendimento de necessidades internas da FURB. O Instituto FURB é o órgão responsável pela gestão da prestação de serviços ocasionais no âmbito da Universidade.

#### 1.3.2.2 Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI

Por meio do seu processo de planejamento, a FURB deve garantir o equilíbrio financeiro e cumprir a sua missão e visão estratégica.



Quadro 2 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade fiscal

Objetivo – Consolidar ações que visem garantir a sustentabilidade econômica e financeira institucional no longo prazo						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
15) Implantar o Gerenciamento de Custeio por Atividades.	1) Desenvolver um sistema específico de geração de informações de custos por atividade;	Sistema desenvolvido	COPLAN	2014	2017	
	2) analisar o custo das atividades/produtos desenvolvidos pela FURB;	Relatórios disponibilizados	COPLAN	2017	2018	
	3) reduzir custos da atividade- meio e de custeio.	Processos revisados	COPLAN/EGP	2017	2020	
16) Diversificar as fontes de recursos com atividades que contribuam para a sustentabilidade institucional.	1) Ampliar as receitas de serviços e tornar esta atividade superavitária (Hospital Escola Veterinário (HEV); Laboratório de Análises Clínicas (LAC); Laboratório de Patologia; Análises de Combustíveis; Análises de Águas, entre outros.)	Resultados financeiros com prestação de serviços	Instituto FURB	2014	2015	
	2) ampliar a oferta de cursos de educação continuada;	Número de cursos de educação continuada	Instituto FURB	2017	2021	
	3) ampliação do número de cursos técnicos de nível médio integrado;	Número de cursos técnicos de nível médio integrado	Instituto FURB/ETEVI	2017	2021	
	4) ampliar a oferta de cursos sequenciais e superiores de tecnologia;	Número de cursos sequenciais e superiores de tecnologia	Instituto FURB/ PROEN	2017	2021	
	5) ampliar fontes de financiamento externas para a pesquisa e extensão;		PROPEX/ Instituto (captação)	2017	2021	
	6) ampliar a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ;	Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	Instituto FURB	2017	2021	
	7) desenvolver cursos na modalidade EaD;	Número de cursos na modalidade EaD	PROEN	2017	2021	
	8) ampliar o número de estudantes na participação de disciplinas na condição de aluno especial.	Número de estudantes matriculados como aluno especial	PROEN	2014	2015	

	9) Aderir ao Edital do Consórcio da Saúde para oferta de serviços na área de saúde para hospitais e municípios da AMMVI e AMAVI.					
	10) Ampliar a captação de recursos da iniciativa privada e da iniciativa pública, para investimentos em bolsas de estudos, infraestrutura e projetos institucionais.	Número de projetos encaminhados para captação de recursos externos	PROPEX	2014	2015	
	11) Criar um fundo (captação externa de apoiadores) para investimentos cultura, esporte, inovação, patrocínio para programas tais como CEOPS, RTE, IVGP, entre outros.	Setor institucionalizado	REITORIA	2017	2020	
	12) Instituir fundações de apoio, próprias para impulsionar os projetos da FURB;	Fundações instituídas	REITORIA	2016	2020	
	13) Atualizar e implantar o projeto de <i>Fundraising</i> proposto para a Universidade.	Projeto Implantado	PROAD	2016	2020	
17) Instituir metodologia de provisão de precatórios, processos e passivos contingentes; (orçamento)	1) Criar metodologia de provisionamento de precatórios, processos e passivos contingentes;	Metodologia institucionalizada	PROGEF/COPLAN/DACP/DAF	2017	2018	
	2) sistematizar o controle dos precatórios.	Controle sistematizado	PROGEF/COPLAN/DACP/DAF	2017	2018	
<b>Objetivo XXVIII – Qualificar os procedimentos contábeis da FURB</b>						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
18) Adequar o plano de contas da FURB ao novo modelo de plano de contas aplicável ao setor público	1) Aplicar o plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais – Modelo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC).	Modelo TCE-SC adaptado	DACP/ Comissão (GT)	2016	2020	

(PCASP);						
19) Adaptar as rotinas operacionais e de registro contábil a serem desenvolvidas nos sistemas informatizados de contabilidade, finanças e orçamento	1) Reconhecer, mensurar e evidenciar os créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Créditos reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP/ DTI	2016	2020	
	2) reconhecer, mensurar e evidenciar os ativos de infraestrutura;	Ativos de infraestrutura reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP	2016	2020	
	3) implementar a Contabilidade de Custos da Contabilidade Pública.	Sistema implementado	PROAD/ DACP	2016	2020	
20) Sistematizar o controle de dívida ativa	1) Adequar os sistemas de contabilidade com a Divisão de Administração Financeira (DAF) e com PROGEF	Sistema adequado	PROAD/ PROGEF/ DTI	2016	2020	
21) Adequar os empenhos ao período da execução orçamentária	1) Realizar empenhos por mês de competência: bolsas e estágios	Regra institucionalizada	CAE / DAF / DTI	2016	2020	
22) Cadastrar produtos e serviços nas rubricas de Obras e Instalações.	1) Cadastrar produtos e serviços como Obras e Instalações;	Produtos e serviços cadastrados	DAM	2017	2017	
	2) Atualizar o patrimônio na questão de imóveis.	Inventário atualizado	DACP	2017	2018	
<b>Objetivo XXIX – Qualificar os procedimentos de gestão financeira da FURB</b>						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
23) Viabilizar financiamentos para projetos institucionais.	1) Observar, junto ao PDI, as necessidades de investimentos institucionais;	Necessidades definidas	Reitoria/PROAD/DAF/COPLAN	2016	2020	
	2) agendar e realizar reunião com agentes de crédito (após definição de necessidades de investimentos);	Reuniões realizadas	PROAD/DAF	2016	2020	
24) Adequar os registros do programa de fidelidade	1) Revisar o programa de fidelidade (falhas no código)	Programa revisado	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	
25) Padronizar informações sobre os valores dos cursos da FURB	1) Analisar as informações repassadas para a Secretaria de Expediente e Documentação (SED) dos cursos de	Informação padronizada	PROAD/DAF/CAE	2016	2020	

	licenciaturas (de modo especial aqueles com desconto de 40%);					
	2) padronizar informações sobre os valores dos cursos da FURB.		PROAD/DAF/CAE	2016	2020	
26) Sistematizar o reajuste das mensalidades da pós-graduação	1) Sistematizar o reajuste das mensalidades da pós-graduação	Reajuste sistematizado	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	
27) Reduzir a inadimplência (passivos).	1) Rever critérios de negociação dos passivos;	Critérios analisados	PROAD/DAF	2016	2020	
	2) analisar e atualizar a resolução 22/2011 (recuperação de créditos antigos);	Resolução revisada	PROAD/DAF	2016	2020	
	3) encaminhar proposta de Resolução para recuperação de créditos antigos ao CONSUNI;	Resolução aprovada no CONSUNI	PROAD/DAF	2016	2020	
	4) instituir o programa "Inadimplência Zero";	Número de estudantes com dificuldade financeira inseridos no programa	PROAD/DAF/CAE	2016	2020	
	5) inserir estudantes no programa "Inadimplência Zero".		PROAD/DAF/CAE	2016	2020	
28) Centralizar serviços de execução e gestão financeira	1) Absorver o faturamento dos serviços prestados, encerrando essas atividades no Instituto	100% do faturamento realizado pela DAF	PROAD/DAF/Instituto	2016	2020	
29) Qualificar o sistema financeiro.	1) Instituir o boleto único para várias parcelas;	Boleto único recebido pelo banco e baixa realizada com sucesso	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	
	2) colocar em funcionamento o novo sistema de novação de dívida;	Sistema em funcionamento	PROAD/DAF/DTI	2017	2020	
	3) digitalizar documentos no sistema de contas a receber;	Documentos digitalizados	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	
	4) implantar a possibilidade de receber pagamentos de mensalidades através de cartões de crédito;	Recebimento das mensalidades (desejáveis) através de cartões	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
	6) automatizar a gestão do CREDUC;	CREDUC automatizado	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
	7) Estabelecer parceria com Fundação Associação dos Profissionais Liberais	Parceria estabelecida	PROAD/ DAF	2016	2020	

	Universitários do Brasil (APLUB) de Crédito Educativo (FUNDAPLUB).					
	8) atualizar os relatórios financeiros de acordo com as novas normas financeiras da FURB;	Relatórios atualizados	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
	9) atualizar o resumo de matrícula no que tange a questões financeiras.	Resumo de matrícula atualizado	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
30) Revisar as resoluções institucionais com vinculação ao setor financeiro.	1) Revisar as resoluções institucionais com vinculação ao setor financeiro.	Resoluções atualizadas	PROAD/ DAF	2016	2020	
<b>Objetivo XXX – Consolidar ações que visem garantir a elaboração participativa do orçamento da Universidade</b>						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
31) Institucionalizar a elaboração participativa do orçamento.	1) mapear e documentar o processo da execução do orçamento;	Processo descrito e publicado	PROAD/ DACP/ EGP/COPLAN	2016	2020	
	2) capacitar membros da administração setorial (coordenadores de curso, chefes de departamentos, diretores de unidades) e servidores para a elaboração e execução do orçamento;	Número de servidores capacitados	COPLAN / PROAD / DACP	2016	2020	
	3) alterar o sistema de cadastro de orçamento, considerando os recursos vinculados.	Sistema alterado	COPLAN/DTI	2016	2020	
32) Vincular os recursos necessários à implantação das metas e ações do PDI ao PPA.	1) mensurar quantitativamente e financeiramente os recursos necessários para a execução das metas do PDI;	Metas e estratégias de ações dimensionadas	COPLAN/Setores responsáveis pela ação	2017	2018	
	2) distribuir as estratégias de ação do PDI nos exercícios financeiros do PPA;	PPA 2018-2021 elaborado com todas as metas distribuídas anualmente	COPLAN/Setores responsáveis pela ação	2017	2018	
	3) acompanhar a execução das estratégias de ação do PDI;	Registro de ações executadas	Reitoria/PROAD/COPLAN	2017	2021	
	4) redimensionar, se necessário, as estratégias de ação do PDI, para se adequar ao orçamento da Instituição.	Ações analisadas e redimensionadas	Reitoria/PROAD/COPLAN	2017	2021	

<b>Objetivo XXXI – Consolidar a gestão de projetos por meio do EGP</b>						
<b>Metas</b>	<b>Estratégias de ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Responsável pela ação</b>	<b>Prazo</b>		<b>Recursos</b>
				<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
33) Melhorar os processos de gestão de projetos com captação de recursos.	1) Institucionalizar o EGP/FURB;	Escritório institucionalizado	PROAD	2016	2020	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI em coadjuvação com a PROAD e a COPLAN.